

POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA RENDA PARA 2004-2008 E 2016-2019

OTÁVIO JUNIO FARIA NEVES *
ANA MÁRCIA RODRIGUES DA SILVA †
HENRIQUE DANTAS NEDER ‡

Resumo

O presente artigo analisa a pobreza e desigualdade pela ótica da renda e multidimensional no Brasil em 2004-2008 e 2016-2019. Desse modo, empregaram-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004 e 2008 e da PNAD Contínua para 2016 e 2019. Utilizamram-se as metodologias de Foster, Greer e Thorbecke (1984) e Alkire e Foster (2011) e o índice de Gini. Os resultados demonstram que a pobreza e desigualdade pelas duas óticas reduziu em 2004-2008. Todavia, em 2016-2019 houve crescimento da pobreza multidimensional. Tais resultados podem servir para a elaboração de políticas para a redução dos índices.

Palavras-chave: pobreza unidimensional; pobreza multidimensional; desigualdade.

Abstract

This paper analyzes poverty and inequality from an income and multidimensional perspective in Brazil between 2004-2008 and 2016-2019. Thus, data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) for the years 2004 and 2008 and the PNAD Contínua for 2016 and 2019 were used. The methodologies of Foster, Greer, and Thorbecke (1984) and Alkire and Foster (2011) and the Gini index were used. The results show that poverty and inequality from both perspectives reduced in 2004-2008. However, in 2016-2019 there was an increase in multidimensional poverty. Such results can be used to design policies to reduce these indexes.

Keywords: one-dimensional poverty; multidimensional poverty; inequality.

JEL classification: I31, I32, D31

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/1980-5330/ea193248>

* Universidade Estadual de Campinas. E-mail: o203580@dac.unicamp.br

† Universidade Federal de Alfenas. E-mail: ana.rodrigues@unifal-mg.edu.br

‡ Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: hdneder@gmail.com

1 Introdução

A importância de combater a pobreza tem sido pauta relevante, principalmente, para os países em desenvolvimento. Isso porque a contração da pobreza e a melhora das condições de vida da população são importantes para estimular o desenvolvimento e crescimento econômico. Mesmo com toda essa preocupação, não há um consenso sobre o conceito e mensuração da pobreza. No decorrer da história, foram introduzidas diversas definições sobre o tema, havendo alguns pontos em comum entre os autores que abordam o assunto.

A mensuração da pobreza é usualmente estudada em termos da renda, sendo a insuficiência de renda a maneira utilizada para a identificação das pessoas pobres. Devido às constantes críticas atribuídas a essa abordagem, como a identificação das necessidades humanas com base unicamente em requerimentos fisiológicos e a permanência da pobreza e das condições de vida inadequadas mesmo diante de cenários com crescimento econômico, surgiram outras concepções para a mensuração da pobreza. A análise dessa “nova” conceituação é feita por meio de evidências que a mensuração do bem-estar deve agregar uma multiplicidade de dimensões, que vão muito além da questão monetária, incluindo dimensões como educação, habitação, saneamento, entre outras, chegando-se um conceito multidimensional. A mensuração baseada meramente na insuficiência de renda, não leva em conta as dimensões do bem-estar que podem não ser atendidas por meio da renda. Esse mesmo raciocínio se aplica à desigualdade, que pode ser estudada com base estritamente na renda ou em um conjunto de dimensões.

A política econômica e social no Brasil adotada na primeira década do século XXI contribuiu para a redução da pobreza por insuficiência de renda e da concentração da renda no país. Mas, especialmente a partir de 2015, houve mudanças nos rumos da política econômica, e esses aspectos podem afetar os indicadores sociais. Assim, é importante analisar a pobreza e a desigualdade no contexto brasileiro tanto pela ótica da insuficiência de renda, quanto pela ótica multidimensional, nesse período.

Perante a esse cenário, neste trabalho, objetiva-se analisar a pobreza e a desigualdade pela ótica da renda e multidimensional no Brasil nos períodos de 2004-2008 e 2016-2019. Para alcançar esse objetivo utilizam-se microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004 e 2008, e da PNAD Contínua (PNADC) dos anos de 2016 e 2019, ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE). A opção por essas bases de dados se justifica pela disponibilidade de informações nos anos analisados nesta pesquisa.

A escolha do período de investigação se deve às peculiaridades e especificidades do desempenho econômico do país nesses recortes temporais. O primeiro período representa um momento de crescimento econômico, enquanto, o segundo momento de análise, corresponde a um período de crise econômica. Para verificar a pobreza por insuficiência de renda e multidimensional utilizam-se respectivamente os índices de *Foster, Greer e Thorbecke (1984)* e de *Alkire e Foster (2011)*. Além disso, para a mensuração da desigualdade utiliza-se o índice de Gini.

Além desta seção introdutória, este trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira parte evidencia a pobreza e a desigualdade, apontando as principais características e abordagens sobre o tema na literatura econômica. Em seguida, é demonstrado os materiais e métodos utilizados para atingir o

objetivo central do trabalho. Na terceira parte, são apresentados os resultados da pesquisa, dando ênfase para as principais considerações sobre a pobreza e desigualdade. Por fim, são expostas as considerações finais, destacando-se as principais conclusões como forma de direcionar o enfrentamento da pobreza e desigualdade no território brasileiro.

2 Pobreza e desigualdade: muito além da renda

No decorrer da história foram debatidas diferentes conceituações de pobreza, sendo que ainda não há uma consonância na literatura sobre a sua definição e mensuração. A representação do tema atravessou importantes transformações, interpretada por distintas escolas de pensamento. As diferentes ideias de abordagem demonstram as suas formas de tratá-la e mensurá-la. Ou seja, além de buscar conceituá-la, também se propõe medidas para dimensioná-la.

As pesquisas científicas sobre a pobreza se intensificaram no final do século XIX e no início do século XX. A definição sobre o assunto foi se moldando no decorrer dos séculos, sendo que no fim do século XIX, a pobreza era interpretada como uma ideia de subsistência e sua mensuração era baseada em termos da renda. Os pesquisadores que iniciaram esses estudos sobre a pobreza fundamentada em apenas uma dimensão – com base na insuficiência de renda ou consumo – foram Charles Booth e Seebohm Rowntree (SERRA, 2017). Nessa abordagem, para a identificação das pessoas pobres, normalmente, define-se uma linha de pobreza ou nível de corte abaixo do qual as pessoas são classificadas como pobres.

A pobreza pode ser conceituada de forma absoluta¹, que sob o enfoque da renda ou consumo pode ser entendida como o mínimo de rendimento suficiente para que a pessoa possa adquirir calorias mínimas fundamentais para a reprodução fisiológica. A esse valor mínimo, agregam-se despesas com moradia, transporte, dentre outros (SALAMA; DESTREMAU, 1999). Essa definição está relacionada com as necessidades mínimas necessárias para à sobrevivência do indivíduo (SILVA, 2009).

Outra forma de se conceituar a pobreza se dá de maneira relativa, que se refere às satisfações das necessidades dos indivíduos segundo o padrão de vida prevalente na sociedade (ROCHA, 2006). As famílias pobres são aquelas que não podem usufruir dos recursos e necessidades essenciais da sociedade, as quais lhes permitem concretizarem funções enquanto integrantes do corpo social. De uma maneira ou de outra, o esforço das nações em atingir uma sociedade mais justa e, conseqüentemente, o combate à pobreza, requer, por exemplo, da defesa da cidadania² como direito de todos (CODES, 2005).

A abordagem da pobreza baseada na renda ou consumo sofreu questionamentos devido à permanência da pobreza e das condições de vida inapropriadas dos indivíduos, mesmo diante de contextos de crescimento da renda. Esses aspectos sucederam-se tendo em vista que certas necessidades básicas

¹ Os indivíduos que estão em situação de extrema pobreza são chamados de indigentes, isto é, são aqueles que estão localizados abaixo da linha de indigência (SILVA, 2009).

² As ponderações sobre a questão relativa da pobreza concebem uma discussão em torno da identificação da pobreza sobre o âmbito da cidadania, tendo em pauta a negação desses direitos para a sociedade. Desta maneira, instiga um grande desafio para criarem populações mais igualitárias, sendo esse o modelo a ser empregado para averiguar o desempenho do desenvolvimento que se deve atingir. Desse modo, o argumento da cidadania alicerça no cerne do debate sobre a pobreza (CODES, 2005).

humanas não foram alcançadas mediante à renda. Assim, surgiram as abordagens das necessidades básicas e das capacitações, que são bases teóricas para o entendimento da pobreza multidimensional. A ideia da multidimensionalidade da pobreza diz respeito à agregação de dimensões, além da renda, que afetam o bem-estar.

Na definição das abordagens das necessidades básicas é fundamental gozar de condições mínimas para satisfazer as necessidades de subsistência, moradia, vestuário e equipamentos. Isso demonstra uma expansão da definição de subsistência, uma vez que acentua as aquisições mínimas requeridas, e não apenas condições de sobrevivência e competência de cada família (CODES, 2005).

Na abordagem das capacitações, apregoada pelo economista Amartya Sen, a liberdade é um fator relevante para a vida das pessoas. Desse modo, para eliminar a pobreza é necessário garantir e expandir as liberdades individuais que ampliam as capacitações dos indivíduos. Nesse caso, a pobreza é vista como privação de capacitações³ básicas que impede os indivíduos de atingir funcionamentos⁴ (SEN, 2001).

As abordagens das capacitações e das necessidades humanas básicas podem ser agregadas para constituir uma conceituação mais completa da pobreza multidimensional. Portanto, a pobreza pode ser classificada como um conjunto de privações: materiais, relativas, atribuições políticas e sociais que estão em torno dos índices (CODES, 2005). Além disso, são incorporadas questões voltadas ao trabalho, saúde, ocupação e outras dimensões que colaboram para a identificação das pessoas pobres (CODES, 2005; SERRA, 2017). Nesse sentido, para o enfrentamento da pobreza é necessário considerá-la em um sentido amplo com a inclusão de fatores que viabilizem o acesso à uma vida digna e plena.

A desigualdade é constantemente relacionada à pobreza, seja por insuficiência de renda, seja em sua perspectiva multidimensional. Desse modo, a forma de definir e mensurar a pobreza também interfere na forma de examinar a desigualdade. Assim como a pobreza, a desigualdade é complexa que se revela, sobretudo, por meio de duas dimensões: econômica e social. A primeira dimensão é aquela que diferencia pessoas ou grupos sociais por intermédio de diversos fatores, como: salários, meios de produção, patrimônio, consumo, dentre outros. Por outro lado, a social aponta as condições de acesso a bens e serviços públicos dentro de uma sociedade, que não estão garantidas pela renda (TROYÃO, 2015).

O capitalismo não conseguiu amenizar o problema da pobreza, tornando-se uma preocupação central dos governos. A desigualdade acompanhou esse processo e no decorrer da trajetória do desenvolvimento capitalista se agravou diante das consequências desse sistema. Diante disso, a relevância de combater a pobreza e desigualdade tem sido pauta importante para as nações. A elevação desses índices tem se apresentado como importantes agendas para as políticas públicas do território brasileiro (MONTALI; LESSA, 2016). Logo, a

³Na definição de capacitações, a pobreza não é entendida somente pela restrita condição de vida em que a pessoa se encontra, mas também pela ausência de oportunidades reais para alcançar uma vida plena (SEN, 1997).

⁴O funcionamento é compreendido como as diferentes ações que um ser humano possa fazer ou ser, como viver muitos anos, ter boa alimentação, ter um ótimo convívio com as pessoas da sociedade e muitas outras coisas valiosas que envolvem o cotidiano (SEN, 1997).

redução desses índices, juntamente com a melhora das condições de vida da sociedade, é justificativa para estimular o desenvolvimento socioeconômico.

3 Contexto brasileiro nos anos analisados

No Brasil, a primeira década do século XXI foi um período em que houve a retomada na dinâmica econômica. A distribuição de renda e a redução da pobreza foram aspectos fundamentais no contexto de desenvolvimento do país. Nos anos 2000, a economia foi estimulada por meio da ampliação do mercado interno, impulsionado pelas políticas de renda e sociais propostas pelo Governo Lula. De acordo com [Paula e Pires \(2017\)](#), desde o início dos anos de 1980 a economia do país oscilou em pequenos ciclos de crescimento, tornando-se padrão no decorrer dos anos 2000.

No governo Lula, reuniu-se o crescimento econômico com a geração de empregos e melhora na distribuição de renda, para que assim, fosse possível reduzir a pobreza por insuficiência de renda no país ([OLIVEIRA, 2015](#)). O Estado passou a empregar uma parcela do Produto Interno Bruto (PIB) em políticas sociais com enfoque na pobreza e desigualdade. Segundo [Pochmann \(2011\)](#), o gasto social agregado alcançou cerca de 23% do PIB no governo Lula, sendo que no ano de 1985 era de 13,3%. Dessa maneira, foi possível expandir os níveis de renda e consumo da população brasileira ([LOPES, 2018](#)).

Esses resultados também surtiram efeitos positivos na concentração de renda, rompendo com a tendência histórica do país. Isso porque, a política de valorização do salário-mínimo, associada aos programas de transferência de renda emergiram efeitos positivos para a população de menor renda. Esses fatores colaboraram para a diminuição da concentração de renda ([CARVALHO, 2018](#); [KERSTENETZKY, 2016](#); [SALATA, 2018](#)).

Então, a recuperação da economia foi importante para a distribuição de renda e para a diminuição da pobreza ([CURADO, 2018](#)). Na evolução da taxa de crescimento da economia brasileira é perceptível que o ano de 2004 representa a retomada do crescimento do PIB no Brasil, atingindo conforme as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE uma taxa acumulada de 5,8%. No ano de 2008, nota-se que o crescimento econômico ainda estava em constante evolução. Mesmo com uma redução, a taxa de crescimento ainda representava 5,1%.

Após esse período, houve desaceleração do crescimento econômico, pois, após uma breve recuperação econômica em 2013, a economia perdeu ritmo, marcando uma recessão econômica. Além dos choques enfrentados em 2015-2016 (deterioração nos termos de troca, inflação em ascensão, forte desvalorização da moeda, crise hídrica etc.), o aperto nas políticas fiscal e monetária contribuiu para o agravamento da crise, resultando em salários e lucros decrescentes. Nesse contexto, a oferta de crédito sofreu forte retração, o que retardou ainda mais a recuperação da economia ([PRATES; FRITZ; PAULA, 2017](#), p.197).

A distribuição de renda e a redução da pobreza por insuficiência de renda foram pautas importantes para o desenvolvimento do Brasil na primeira década do século XXI. A dinâmica da economia nesse primeiro decênio foi acompanhada pela queda da desigualdade e pela melhora nas condições de vida da população brasileira. Contudo, a partir de 2015 com a crise econômica e política, o curso dos índices de pobreza e desigualdade tendem a ser alterados.

Esse contexto está relacionado com a crise política e com protestos contra o governo de Dilma Rousseff. Fatores que originaram um clima de instabilidade e descontentamento social, que acarretaram o desejo da população por mudanças (CARVALHO, 2018). Tanto é que o período de 2016-2018, já representado pelo governo Temer, apresentou altas taxas de desemprego, correspondendo a uma taxa média de desemprego de 12,3% em 2018, conforme divulgado pelo IBGE.

Por consequências de todos os acontecimentos vivenciados no país, os anos de 2016 e 2019 representam momentos de baixas taxas de crescimento, principalmente em 2016 (-3,3%). Houve uma lenta recuperação no ano de 2019, mas insuficiente para amenizar os problemas da pobreza e desigualdade no país. Nesse momento, um novo governo liderado por Bolsonaro se inseriu no Brasil, com o prosseguimento das políticas liberalizantes e com foco nas reformas, sobretudo a Reforma da Previdência. Em meio a isso, as medidas impostas no território brasileiro seguiam rumo à adoção de políticas com cunho ortodoxo, tendo como objetivo a mínima participação do Estado na economia, e conseqüentemente, a redução da atenção às políticas sociais.

Por meio da exposição dos cenários dos anos analisados neste artigo, verifica-se que um período de análise neste estudo corresponde a um momento de crescimento econômico (2004-2008) e o outro se caracteriza por uma crise econômica (2016-2019) do país. Esses dois cenários serão importantes para a compreensão do comportamento da pobreza e da desigualdade nesse período, expandindo a análise para a ótica multidimensional.

4 Material e Métodos

Este trabalho é um estudo descritivo-analítico, de natureza quantitativa, com o propósito de analisar a pobreza e a desigualdade pela ótica da renda e multidimensional no Brasil nos períodos de 2004-2008 e 2016-2019. Para o alcance do objetivo traçado foram utilizados os índices Foster, Greer e Thorbecke (1984) para mensuração da pobreza por renda; a metodologia de Alkire e Foster (2011) para calcular a pobreza multidimensional; e o índice de Gini para mensuração da desigualdade.

Para analisar a pobreza e desigualdade por insuficiência de renda e multidimensional no Brasil, recorreu-se às bases de dados da PNAD e da PNADC, realizadas pelo IBGE. A opção por adotar essas duas bases de dados se justifica pela disponibilidade de informações nos períodos analisados. A PNAD era uma pesquisa realizada anualmente, porém, foi suspensa a partir de 2016 e substituída pela PNADC. Desse modo, para organizar os dados do período 2004 e 2008 é empregada a PNAD, e no outro período de análise (2016-2019), a PNADC é a base de dados utilizada. O recorte geográfico utilizado neste trabalho foi a população do território brasileiro nos anos mencionados.

4.1 Pobreza por insuficiência de renda: índice de Foster, Greer e Thorbecke (FGT)

Os índices formulados por Foster, Greer e Thorbecke (1984) podem ser considerados os mais empregados na literatura econômica, sendo eles: o *Poverty Headcount* (Proporção de pobres - P_0), o *Poverty Gap* (Gap de Pobreza - P_1) e o *Squared Poverty Gap* (Gap de Pobreza elevado ao quadrado - P_2). O conjunto de índices FGT são calculados por meio das seguintes expressões:

$$P_0 = \frac{q}{n} \quad (1)$$

$$P_1 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z} \quad (2)$$

$$P_2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2 \quad (3)$$

em que:

q é o número de pobres (pessoas cuja renda *per capita* domiciliar é menor que a linha de pobreza);

n é o tamanho da população;

z é a linha de pobreza;

y_i é a renda *per capita* domiciliar da i -ésima pessoa.

O índice P_0 mensura a proporção de indivíduos pobres. Em outros termos, representa a parcela de pessoas que auferem uma renda *per capita* domiciliar abaixo da linha de pobreza. Esse indicador é fundamental para as pesquisas relacionadas à pobreza, porém, pode-se analisar o índice juntamente com os outros dois indicadores. Conforme [Neder \(2020\)](#), o índice *Poverty Gap* mensura a intensidade da pobreza para o conjunto da população pobre por meio do cálculo do desvio médio entre o valor da linha de pobreza e a renda dos indivíduos pobres; e pode ser compreendido com um indicador do déficit de pobreza. Por fim, ainda em consonância com [Neder \(2020\)](#), o índice P_2 normalmente é interpretado como um indicador de severidade da pobreza e na elaboração do índice emprega-se um maior peso para os indivíduos mais pobres, considerando a desigualdade de renda entre as pessoas pobres.

Quanto à linha de pobreza utilizada, de acordo com [Soares \(2009\)](#), não existe uma consonância sobre uma linha de pobreza oficial no território brasileiro. No presente estudo foram utilizadas as linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial, conhecida como *dollar a day*. A definição é realizada por meio das médias das linhas de pobreza nacionais de 115 países em desenvolvimento, dispendo da Paridade do poder de compra (PPC) mesmo diante de moedas distintas ([TRONCO; RAMOS, 2017](#)). A aplicação da PPC é importante, pois essa metodologia possibilita a comparação da pobreza entre os países tendo como premissa um parâmetro em comum, mediante os distintos poderes de compra entre países ([SOUZA; JANNUZZI, 2014](#)). O valor da linha de pobreza para países como o Brasil é de US\$ 5,50 *per capita* por dia. Esse valor convertido em reais por meio da PPC foi respectivamente de R\$ 229,06; R\$ 245,78; R\$ 376,20; e R\$ 401,28 mensais em 2004, 2008, 2016 e 2019.

4.2 Pobreza multidimensional: Índice de Alkire e Foster

A mensuração da medida de pobreza multidimensional proposta por [Alkire e Foster \(2011\)](#) denominada como M_0 , é dividida em duas etapas essenciais, a saber: método de identificação e método de agregação. A etapa do método de identificação, apresentada na subseção 4.2 se fundamenta em dois níveis de corte: i) linha de pobreza na dimensão, que identifica se o indivíduo está ou não privado dentro da dimensão; ii) quantidade mínima de dimensões em que os indivíduos precisam estar privados para serem considerados multidimensionalmente pobres. A etapa do método de agregação, apresentada na

subseção 4.2 consiste na obtenção das medidas de pobreza multidimensional a partir da identificação dos pobres realizada na etapa anterior.

Método de identificação

Os indicadores considerados neste trabalho estão baseados nas seguintes dimensões⁵: Vulnerabilidade Econômica; Condições de Moradia; Condições Sanitárias; Ausência de Bens; Características Educacionais e Condições Ocupacionais. Na Tabela 1, pode ser observada a caracterização das variáveis em concordância com as dimensões impostas.

Os níveis de corte z caracterizam as condições de privação em cada indicador empregado, conforme pode ser visto na Tabela 1. As dimensões, os indicadores para representá-las e o nível de privações foram estabelecidos de acordo com o critério de que, se não atendidos, impossibilitam que os indivíduos levem uma vida autônoma e plena, assim como é definido os indicadores utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) global. Eles foram selecionados para representarem necessidades que se não forem satisfeitas limitam a capacitação dos indivíduos para atingirem um tipo de vida valorizado por eles. Sendo assim, a quantidade de dimensões leva em consideração as variáveis que, em conjunto, são capazes de identificar os indivíduos pobres multidimensionalmente.

Levando em conta os dados em termos de privações, para qualquer y , dado $g^0 = [g_{ij}^0]$, indica uma matriz de privação de 0-1 relacionada a y , em que g_{ij}^0 é dado por $g_{ij}^0 = 1$ quando $y_{ij} < z_j$, e $y_{ij} > z_j$ quando $g_{ij}^0 = 0$. Dessa forma, g^0 é uma matriz $n \times d$ cuja entrada g_{ij}^0 é equivalente a 1 quando o indivíduo i é privado na dimensão j -ésima, e quando o valor corresponde a 0, o indivíduo não é privado na dimensão j -ésima. Por meio da matriz g^0 , pode-se construir um vetor de coluna c de contagem de privação, em que a i -ésima entrada $c_i = |g_i^0|$ caracteriza a quantidade de privações enfrentadas pelo indivíduo i (ALKIRE; FOSTER, 2011).

Apenas os cortes nas variáveis que identificam privações não são eficientes para a identificação dos pobres. Desse modo, é necessário considerar outro nível de corte para a especificação do método, e esse corte é denominado como k . Para tanto, é necessário considerar um nível de corte intermediário para c_i que se situa nos extremos entre 1 e d , em que d é o número de dimensões. Então, para $k = 1, \dots, d$, p_k obtido pelo método de identificação é determinado

⁵Considerou-se como *Abastecimento de água inadequado* quando a água não era proveniente de rede geral de distribuição nas áreas urbanas ou não proveniente de rede geral de distribuição ou poço ou nascente nas áreas rurais. Como *Material inadequado das paredes* foi considerado outros materiais que não fossem alvenaria e como *Material inadequado do telhado* considerou-se os materiais diferentes de telha e laje de concreto. A situação de privação de *Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica* foi observada para áreas urbanas. Nas áreas rurais considerou-se rede de esgoto e também fossa séptica pela particularidade de não haver rede de esgoto na maioria das localidades rurais. Da mesma maneira, por não haver coleta direta de lixo em grande parte das áreas rurais, considerou-se também a possibilidade de o lixo ser queimado ou enterrado na propriedade quando o indivíduo se situava em localidades rurais, na variável *Destino inadequado do lixo*. O objetivo do indicador *Ausência de trabalhador com carteira assinada* se deu em relação aos benefícios que a formalidade no trabalho permite. Dessa forma, foram considerados juntamente trabalhadores no RJFP, Militares e Empregadores. Essas delimitações desses níveis de corte foram empregadas conforme a literatura sobre o tema, como nos trabalhos de Silva (2009) e nos relatórios do PNUD.

Tabela 1: Dimensões selecionadas, níveis de corte e pesos dos indicadores

Dimensão	Indicadores com o nível de corte z	Peso
Vulnerabilidade econômica	Renda inferior à linha de pobreza	1/3
	Número de dependentes superior ao de não dependentes	1/3
	Ausência de ocupação remunerada	1/3
Condições de moradia	Domicílio não próprio	1/5
	Existência de mais de três pessoas por cômodo	1/5
	Ausência de energia elétrica	1/5
	Material inadequado das paredes	1/5
	Material inadequado do telhado	1/5
Condições sanitárias	Ausência de sanitário	1/4
	Ausência de rede esgoto ou fossa séptica	1/4
	Destino inadequado do lixo	1/4
	Abastecimento de água inadequado	1/4
Ausência de bens	Ausência de telefone fixo ou celular	1/5
	Ausência de televisor	1/5
	Ausência de geladeira	1/5
	Ausência de máquina de lavar	1/5
	Ausência de microcomputador	1/5
Características Educacionais	Existência de adulto analfabeto	1/3
	Existência de adulto sem Ensino Fundamental completo	1/3
	Existência de criança entre 6 e 15 anos fora da escola	1/3
Condições Ocupacionais	Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho	1/4
	Ocupação inadequada	1/4
	Ausência de trabalhador com carteira assinada	1/4
	Ausência de ocupado com rendimento superior a um salário mínimo	1/4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e PNADC dos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019.

por $p_k(y_i; z) = 1$ sempre que $c_i \geq k$, e será igual a 0, caso contrário (ALKIRE; FOSTER, 2011). Em outros termos, p_k assume valor 1 quando a quantidade de dimensões privadas é maior ou igual a k , apontando que o indivíduo i é multidimensionalmente pobre. Por outro lado, quando o valor de p_k for equivalente a 0, a quantidade de dimensões privadas é menor que k , indicando que o indivíduo i não é multidimensionalmente pobre.

Não existe um nível de k predeterminado na literatura econômica. Diferentes níveis de k podem ser condizentes com a realidade de cada objeto de estudo, sendo assim, trata-se de uma medida arbitrária. De acordo com Alkire (2011), maiores valores de k indicam maiores possibilidades de privações simultaneamente. Nesta pesquisa, foi estabelecido o nível de $k = 2$, após uma análise comparativa dos valores de k . Julgou-se mais coerente o valor igual a 2, por representar uma medida satisfatória em relação aos outros valores.

Método de agregação

Supondo o estabelecimento de uma função de identificação específica de p_k para a construção da medida multidimensional de pobreza M_0 , inicia-se com o cálculo da proporção de pobres, cujo índice faz parte da classe de índices FGT, já apresentado. Dessa forma, pode-se calcular a incidência da população classificada multidimensionalmente pobre (H), similar ao da pobreza por

insuficiência de renda, delimitado como:

$$H = \frac{q}{n} \quad (4)$$

Em que, q é a quantidade de indivíduos pobres identificados por meio de duplo corte e n é o número total de indivíduos estudados. O índice H pode ser multiplicado por 100 para a investigação em percentual.

O próximo passo constitui-se no estabelecimento da privação média entre os pobres (A). Para melhor percepção de A , é preciso conhecer a fração de indicadores ponderados em que os indivíduos estão privados, caracterizada por $\frac{c_i(k)}{d}$, em que c_i é o vetor de contagem de privações (explicado na subseção anterior), k é o nível de corte entre as dimensões, e d é o número de dimensões consideradas na análise. Então, conforme [Alkire e Foster \(2011\)](#), a parcela média de privação em todos os indivíduos multidimensionalmente pobres é dada por:

$$A = \frac{|c(k)|}{qd} \quad (5)$$

Em que, q é a quantidade de indivíduos pobres identificados por meio de duplo corte e A aponta a intensidade da pobreza multidimensional. Quanto maior o nível de corte k maior será o índice A . Assim como o índice H , esse índice também pode ser multiplicado por 100 para a análise em percentual.

Por sua vez, a medida de pobreza multidimensional (M_0) combina informações sobre a prevalência da pobreza e a extensão média da privação dos indivíduos pobres. De maneira simplória, a medida M_0 é o produto dos dois índices parciais, H e A :

$$M_0 = H \cdot A \quad (4)$$

O índice de pobreza multidimensional se move no mesmo sentido do índice H , isto é, quanto maior o nível de k , maior a pobreza multidimensional entre os indivíduos. Esse índice pode ser verificado de modo que quanto mais próximo de 0 menor a pobreza.

4.3 Desigualdade de renda e multidimensional: Índice de Gini

A exposição do Índice de Gini será apresentada por meio da análise de [Medeiros \(2012\)](#) e [Hoffmann \(1998\)](#). Esse índice está relacionado com a Curva de Lorenz, que é uma análise gráfica que possibilita verificar a distribuição de renda em determinado país, além de viabilizar a ordenação dessas distribuições sobre o aspecto do bem-estar. Conforme [Medeiros \(2012\)](#), de todos os instrumentos gráficos empregados para analisar a desigualdade em uma distribuição, a Curva de Lorenz é a mais conhecida.

Para o desenvolvimento da Curva de Lorenz, considera-se n valores para uma variável x_i , os quais são ordenados da seguinte maneira: $x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$. A proporção acumulada da população até a i -ésima pessoa corresponde a $p_i = \frac{i}{n}$ e a proporção acumulada de x_i é dada por $\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j$. Feito isso, os pares de valores dados por (p_i, Φ_i) equivalem a pontos que, se unidos, estabelecem a Curva de Lorenz.

O índice de Gini pode ser calculado por meio da Curva de Lorenz, haja vista que corresponde ao dobro do valor da área entre a curva e a linha da perfeita igualdade. Dessa forma, é uma medida de afastamento de certa distribuição de renda em associação a um cenário de perfeita igualdade. É necessário o dobro do valor, para se obter um índice que varia entre 0 e 1 e não 0 e 1/2. Então, quando o Gini for equivalente a 0 significa que não existe desigualdade na sociedade e um valor igual a 1, tem-se um cenário de desigualdade máxima (MEDEIROS, 2012). Como esse índice é o dobro da área entre a Curva de Lorenz e a linha da perfeita igualdade, tal medida pode ser representada por:

$$G = 1 - 2 \int_0^1 L_x(y) dy \quad (5)$$

Em que, G é o coeficiente de Gini e $L_x(y)$ a Curva de Lorenz da distribuição y entre as pessoas x .

Para a mensuração da desigualdade de renda no Brasil para os anos de 2004, 2008, 2016 e 2019 foi empregada à renda domiciliar *per capita*. Para a desigualdade multidimensional foi necessário, determinar um indicador do bem-estar multidimensional, sendo realizados alguns procedimentos.

Conforme apresentado na metodologia de Alkire e Foster (2011), foi construído um vetor de contagem de privações (c_i) para verificar a quantidade de privações enfrentadas pelo indivíduo. Dessa maneira, tem-se um vetor de privações. Entretanto, para avaliação da desigualdade multidimensional é necessário um indicador de bem-estar que se comporte de maneira similar à renda. Para transformar essa representação de privações em bem-estar, foi empregado o inverso, isto é, dividiu-se 1 pelo vetor de contagem de privações $\frac{1}{c_i}$. Assim, tem-se um indicador de bem-estar multidimensional, que foi aplicado ao índice de Gini em substituição à tradicional medida de renda para obtenção da desigualdade multidimensional.

5 Análise da pobreza e desigualdade

Com propósito de verificar o contexto da pobreza e desigualdade no Brasil nos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019 foram realizadas as estatísticas apresentadas nos gráficos e tabelas abaixo. Inicialmente, na Tabela 2 demonstram-se os resultados dos indicadores sociais analisados para o país como um todo.

Com relação à proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0), observa-se que no Brasil houve uma redução do índice, sobretudo, no período de 2004-2008. Nesse período ocorreu uma melhora nos indicadores de pobreza, muito em decorrência das políticas econômicas e sociais introduzidas pelo Governo Lula. Ao analisar o período de 2016- 2019 nota-se que também houve uma redução da proporção de pobres. Porém, essa diminuição foi em menor magnitude se comparada aos anos de 2004 e 2008. Vale ressaltar que nos anos recentes da pesquisa o país se encontrava em um momento de baixo dinamismo da economia e uma crise política que culminaram em novas ideias⁶ sobre políticas econômicas e sociais.

A intensidade da pobreza por insuficiência renda (P_1) reduziu entre os anos de 2004 e 2008. Em média, os pobres no ano de 2004 tinham uma renda

⁶Foi introduzido na economia um pacote de medidas liberais como a Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, congelamento de gastos, dentre outras.

Tabela 2: Indicadores Sociais para o território brasileiro nos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019

Indicadores	2004	2008	2016	2019
P_0	53,18	35,99	23,98	23,05
P_1	26,46	15,68	10,69	10,61
P_2	16,63	9,24	6,73	7,00
H	49,13	38,34	30,33	34,80
A	32,52	31,38	30,41	30,97
M_0	0,159	0,120	0,092	0,108
Gini da renda	0,568	0,542	0,539	0,554
Gini Multidimensional	0,249	0,258	0,278	0,273

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e PNADC dos anos de 2004, 2008, 2016 e 2019.

26,46% inferior à renda correspondente à linha de pobreza (R\$ 229,06). Por outro lado, em 2008 a renda foi 15,68% inferior à linha de pobreza (R\$ 245,78). Esse desempenho também pode ser observado nos anos de 2016 e 2018, pois também houve a diminuição do indicador.

Em oposição, no que tange à severidade da pobreza (P_2) percebe-se que houve uma redução apenas no primeiro período de análise. Esse indicador coloca ênfase nas pessoas que estão muito abaixo da linha de pobreza, isto é, os mais pobres dos pobres (NEDER, 2020). Portanto, aponta-se para uma piora da situação dessas pessoas entre 2016 e 2019.

Em referência à proporção de pobres analisada pela ótica multidimensional (H), com base na metodologia de Alkire e Foster (2011), verifica-se que houve uma redução do índice de 2004 para 2008. Por outro lado, de 2016 para 2019 ocorreu um aumento do índice H . Ademais, os valores que mensuram a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres no país são mais elevados que na análise por meio da renda, exceto para 2004. No período recente, mais especificamente no ano de 2019, no Brasil, havia 34,80% de indivíduos privados, considerando o nível de corte $k = 2$. Dessa maneira, se questiona a análise da pobreza apenas por renda, uma vez que no período de 2016 e 2019 a proporção de pobres pela análise multidimensional foi maior em relação à ótica da renda. Sendo assim, torna-se necessário pautar a atenção para outras dimensões importantes no cotidiano dos indivíduos brasileiros, como: moradia, saneamento básico, escolaridade, entre outros.

No que se refere à intensidade da pobreza multidimensional (A), o índice diminuiu 1,14 p.p de 2004 para 2008, passando de 32,52% para 31,38%. Diferentemente desse período, de 2016 para 2018 esse indicador aumentou 0,56 p.p, uma vez que o índice passou de 30,41% para 30,97%.

Quanto ao índice de pobreza multidimensional (M_0), ele pode ser analisado em uma escala que varia entre 0 e 1, de maneira que, quanto mais próximo de 0, menor a pobreza multidimensional e quanto mais próximo de 1, maior a condição de pobreza. Essa medida pode ser considerada a mais importante da pobreza multidimensional, uma vez que agrega as duas medidas antecedentes.

Por meio da Tabela 2, percebe-se que o índice M_0 do ano de 2004 relatou uma pobreza multidimensional de 0,1597 no Brasil para o nível de corte $k = 2$. Em 2008 houve uma queda para 0,1203, manifestando uma redução em ter-

mos absolutos de 0,0394 no índice. Com referência aos anos correspondentes a PNADC, percebe-se que em 2016 o índice M_0 registrou uma pobreza multidimensional de 0,0922 no país. Em contrapartida, em 2019 o índice aumentou para 0,1080, evidenciando uma elevação absoluta de 0,0158.

Quanto à desigualdade constata-se que houve uma redução de 4,57% da desigualdade de renda no Brasil do ano de 2004 para o ano de 2008. Porém, o decréscimo em 2016 foi ainda maior no país, representando um índice no valor de 0,5389. Apesar disso, como já mencionado, a crise que o território brasileiro se deparou após 2015 afetou os indicadores sociais. Por consequência desse contexto, a desigualdade de renda de 2016 para 2019 aumentou em 2,78%, simbolizando um índice de 0,5544 em 2019.

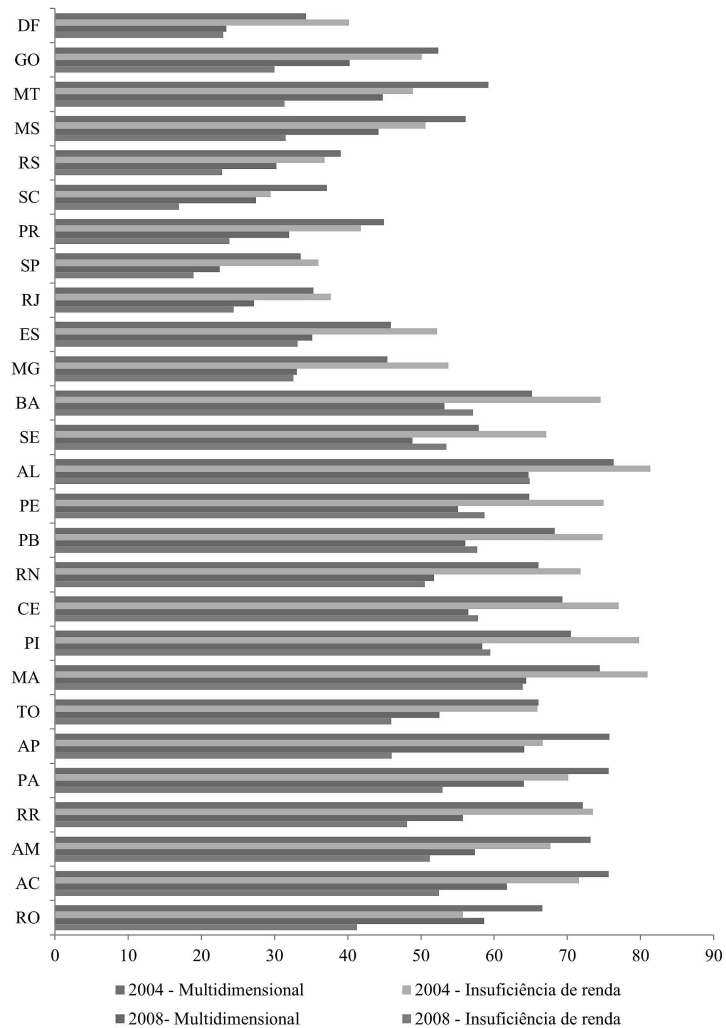
A trajetória da desigualdade multidimensional é diferente da análise da renda. Os índices são mais baixos porque a concentração de privação da população brasileira quanto às variáveis aqui estudadas é menos dispersa que em relação à renda. Na Tabela 2, conclui-se que a desigualdade multidimensional aumentou em 3,61% no período de 2004-2008. Por outro lado, na análise de 2016-2019 a desigualdade multidimensional reduziu em 1,79%. Contudo, destaca-se que os índices de desigualdade multidimensional de 2016 (0,278) e 2019 (0,273) são maiores que nos anos de 2004 (0,249) e 2008 (0,258). Conforme [Trovão \(2015\)](#), a desigualdade multidimensional ainda é um aspecto de destaque na sociedade brasileira, o que induz a concluir que o planejamento para modificar esse cenário necessitará do aumento dos investimentos em infraestrutura social.

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais, apresenta estados muito diversos entre si, não apenas cultural e social, mas com situações e condições econômicas que destoam um dos outros. Conforme [Guimarães Neto \(1997\)](#), estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e outros fatores se apresentam de forma desigual não apenas entre as macrorregiões do país, como também no interior de cada uma destas. Em um território marcado historicamente por desigualdades regionais que geraram impactos na modernização e no desenvolvimento econômico e social do país, o trabalho também se propõe analisar os estados brasileiros, por meio da proporção de pobres e da desigualdade.

A escolha de analisar apenas as proporções de pobres para as unidades federativas do país se justifica por ser um indicador simples e intuitivo para ser analisado. Ademais, é um índice comum na análise da renda e na multidimensional, o que permite a comparação. Assim sendo, na Figura 1, serão apresentados os resultados descritivos da proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) para todas as unidades federativas brasileiras nos anos de 2004 e 2008.

Destaca-se que houve uma diminuição da proporção de pobres por insuficiência de renda em todas as unidades federativas do Brasil de 2004 para 2008. Observa-se também que a porcentagem mais elevada da população pobre por meio da renda estava localizada nos estados da região Nordeste, com destaque para Alagoas (2004 – 81,33%; 2008 – 64,85%), Maranhão (2004 – 80,97%; 2008 – 63,91%), Piauí (2004 – 79,82%; 2008 – 59,5%), Ceará (2004 – 77,00%; 2008 – 57,81%) e Pernambuco (2004 – 74,98%; 2008 – 58,71%). Com referência aos estados da região Norte, ressalta-se a importante queda desse índice no ano de 2008. As unidades federativas do Sudeste e Sul apresentaram os menores números de proporções de pobres no período observado, com destaque para Santa Catarina (2004 – 29,44%; 2008 – 16,92%), São Paulo (2004 –

Figura 1: Proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) por Unidade de Federação – Brasil (2004 e 2008) (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

36,01%; 2008 – 18,95%), Rio Grande do Sul (2004 – 36,81%; 2008 – 22,83%) e Rio de Janeiro (2004 – 37,70%; 2008 – 24,41%). Trajetória semelhante pode ser verificada nos estados do Centro-Oeste, uma vez que evidenciaram um baixo índice em 2008, com ênfase para o Distrito Federal (2004 – 40,16%; 2008 – 23,00%).

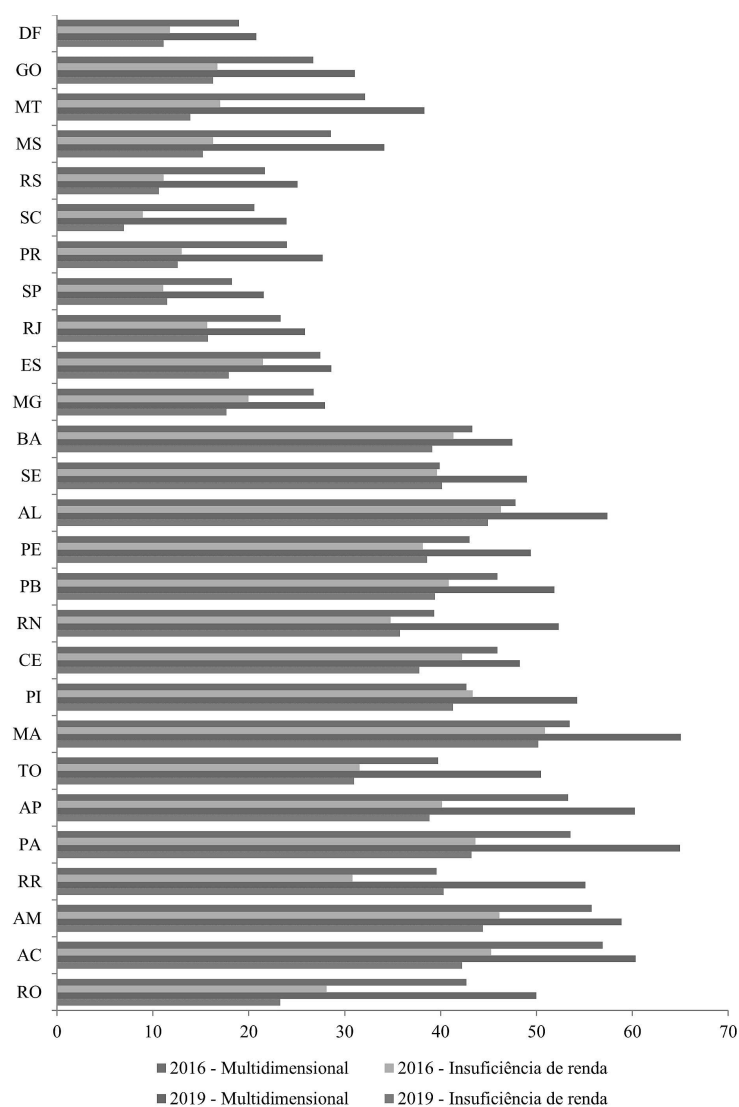
Com relação à proporção de pobres pela análise multidimensional, verifica-se na Figura 1 que os resultados demonstraram uma relevante redução do indicador em todos os estados do país. Comparando-se as unidades federativas, conclui-se que os estados detentores dos maiores índices nos respectivos anos eram Alagoas (2004 – 76,32%; 2008 – 64,71%), Amapá (2004 – 75,73%; 2008 – 64,13%), Pará (2004 – 75,66%; 2008 – 64,06%), Acre (2004 – 75,65%; 2008 – 61,75%) e Maranhão (2004 – 74,45%; 2008 – 64,39%). Em contrapartida, Distrito Federal (2004 – 34,32%; 2008 – 23,42%), São Paulo (2004 – 33,55%; 2008 – 22,53%), Rio de Janeiro (2004 – 35,29%; 2008 – 27,21%), Santa Catarina (2004 – 37,17%; 2008 – 27,45%) e Rio Grande do Sul (2004 – 39,04%; 2008 – 30,25%) foram os estados com as menores proporções de indivíduos multidimensionalmente pobres. Os estados da região Norte e Nordeste possuíam uma quantidade elevada de indivíduos privados, apesar da redução do índice.

Compilando os números das proporções de pobres unidimensional e multidimensional, constata-se que estados como de Alagoas e Maranhão nas duas análises apresentaram os maiores resultados desse índice. Ademais, na maioria dos estados a quantidade de indivíduos multidimensionalmente pobres foi maior que pela insuficiência de renda, concluindo-se que os indivíduos estão privados de condições de moradia, educação, saúde, dentre outros. Esses resultados demonstram a importância de estudar a pobreza por meio de uma agregação de dimensões que fazem parte do cotidiano das pessoas (ASSELIN, 2002; CODES, 2005; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Dessa maneira, considera-se importante observar essas localidades com maior atenção, partindo-se do propósito que se deve formular políticas públicas que reduzam esses problemas, como exposto por Sen (2000). Ou seja, para o autor é importante expandir as liberdades das pessoas para a realização das capacitações, isto é, para que esse indivíduo possa ter acesso à saúde, prevenção de doenças, boa educação e ótimas condições de moradia. As liberdades não devem deixar de ser o assunto principal das discussões sobre políticas públicas (SEN, 2000).

A redução da pobreza se deve a diversos aspectos. Contudo, é notório que a trajetória da economia brasileira nesse período e a expansão do mercado formal de trabalho apresentaram uma função importante para a diminuição dos índices de pobreza. Além disso, é importante mencionar a relevância das políticas de transferência de renda e da política de valorização do salário-mínimo nos resultados dos indicadores sociais como a pobreza (KERSTENETZKY, 2016). Na Figura 2, apresentam-se as proporções de pobres para os anos de 2016 e 2019.

Diferentemente do que se demonstrou na comparação entre 2004 e 2008, na análise de 2016 e 2019, não houve uma redução das proporções de pobres por insuficiência de renda em todas as unidades federativas do país. Estados como Roraima (2016 — 30,81%; 2019 – 40,33%), Rio Grande do Norte (2016 – 34,77%; 2019 – 35,77%), Pernambuco (2016 – 38,16%; 2019 – 38,58%), Rio de Janeiro (2016 – 15,64%; 2019 – 15,74%) e São Paulo (2016- 11,06%; 2019 – 11,48%) acentuaram as suas populações pobres pela ótica da renda. Além disso, os estados com as maiores proporções de pobres foram Maranhão (2016

Figura 2: Proporção de pobres por insuficiência de renda (P_0) e multidimensional (H) por Unidade de Federação – Brasil (2016 e 2019) (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

– 50,87%; 2019 – 50,17%), Alagoas (2016 – 46,31%; 2019 – 44,95%), Amazonas (2016 – 46,15%; 2019 – 44,41%), Acre (2016 – 45,29%; 2019 – 42,23%) e Pará (2016 – 43,65%; 2019 – 43,22%).

Nota-se que Alagoas e Maranhão, que possuíam acentuados índices de proporção de pobres por renda em 2004 e 2008, no período mais recente dessa análise, ainda continuam apresentando resultados que se destacam. Contudo, ressalta-se a melhora no estado alagoano e uma preocupação com a proporção de pobres no Maranhão. Unidades federativas como Santa Catarina (2016 – 8,95%; 2019 – 6,98%), Rio Grande do Sul (2016 – 11,13%; 2019 – 10,64%) e Distrito Federal (2016 – 11,78%; 2019 – 11,10%) apresentaram as menores proporções de pobres, quando comparados aos outros estados brasileiros.

A proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres no período observado cresceu em todos os estados brasileiros, ao contrário da análise da renda (Figura 2). Entre as unidades federativas salienta-se a preocupação com os elevados índices nos estados do Maranhão, Pará, Acre e Amapá, sendo respectivamente 65,07%, 64,98%, 60,33% e 60,27% no ano de 2019. Em contrapartida, os menores índices estavam localizados nos estados de São Paulo (2016 – 18,26%; 2019 – 21,55%), Distrito Federal (2016 – 18,97%; 2019 – 21,55%), Santa Catarina (2016 – 20,58%; 2019 – 23,93%) e Rio Grande do Sul (2016 – 21,68%; 2019 – 25,1%).

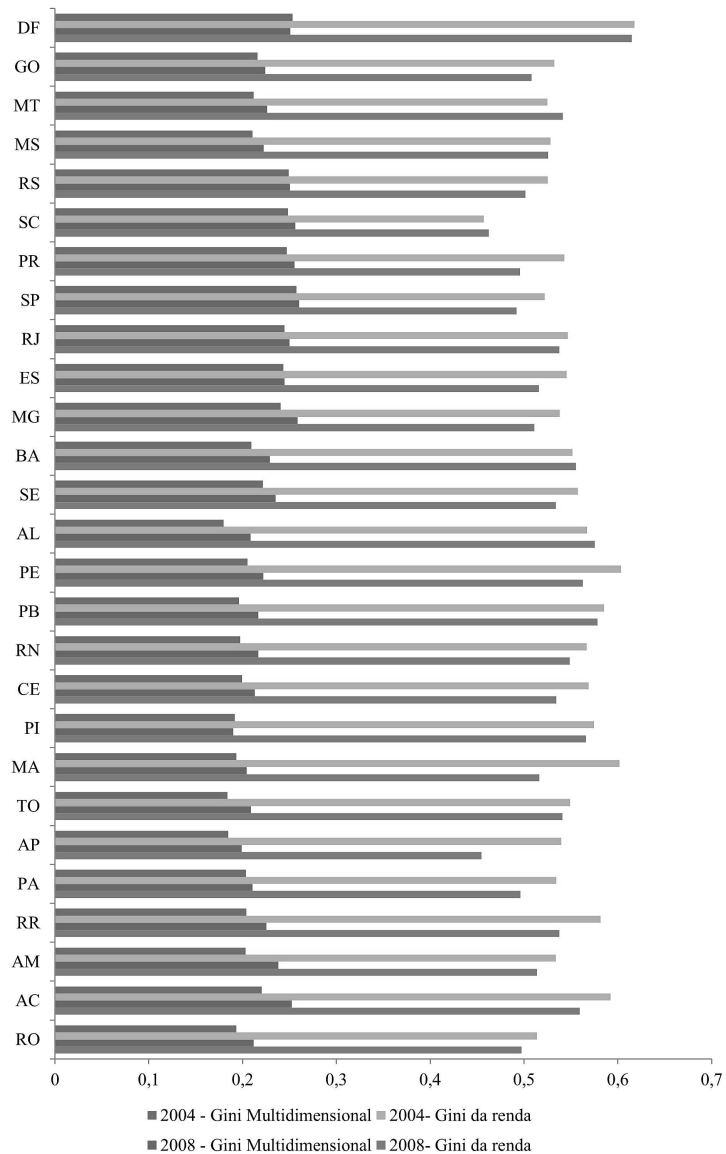
Observa-se que, na análise da proporção de pobres por renda e multidimensional, os estados nordestinos são os que mais se destacam pelos seus acentuados índices. As características históricas do Nordeste indicam um atraso em relação às outras regiões brasileiras (LOIOLA, 2003). Ao longo do tempo essa região tem passado por grandes transformações estruturais, indicando uma atenção e relevância nas pautas de políticas econômicas do Governo Federal. Apesar de todas essas mudanças na localidade, essa região ainda enfrenta elevados níveis de pobreza e desigualdade.

A expansão do mercado consumidor brasileiro teve papel importante na melhoria da distribuição de rendimentos da sociedade na primeira década do século XXI. O motor de elevação dos gastos do consumo perpassa pelo crescimento do consumo das classes mais inferiores. Esse resultado foi fundamental após o período da crise de 2008, já que a estabilidade dos gastos do consumo dessa classe impediu uma queda mais intensa da demanda agregada (CURADO, 2018). A expansão do consumo, juntamente com o progresso da distribuição da renda, foi preponderante para a trajetória da atividade econômica brasileira no período. Desde modo, na Figura 3 será verificada a trajetória da desigualdade de renda e multidimensional nos estados brasileiros nos anos de 2004 e 2008, demonstrando a sua evolução nesse período da economia brasileira.

Por meio do exame da Figura 3 percebe-se que maioria dos estados reduziram sua desigualdade de renda na comparação entre os anos de 2004 e 2008, exceto Alagoas (2004 – 0,5673; 2008 – 0,5753), Bahia (2004 – 0,5518; 2008 – 0,5553), Santa Catarina (2004 – 0,4573; 2008 – 0,4623) e Mato Grosso (2004 – 0,5247; 2008 – 0,5414). Verificou-se (Gráfico 1) que o estado de Santa Catarina possuía os menores índices de proporção de pobres entre as unidades federativas. No entanto, ao observar os dados da desigualdade de renda houve um aumento da concentração dos rendimentos no estado catarinense.

Os estados com maior desigualdade de renda no período analisado eram Paraíba (2004 – 0,5853; 2008 – 0,5784), Alagoas, Acre (2004 – 0,5922; 2008 – 0,5596), Mato Grosso e Distrito Federal (2004 – 0,6178; 2008 – 0,6147). A

Figura 3: Gini da renda e multidimensional por Unidade da Federação - Brasil (2004 e 2008)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD dos anos de 2004 e 2008.

capital brasileira apresentou o maior índice de desigualdade em comparação com os outros estados, expressando em 2008 um índice equivalente a 0,6147. Em suma, é fundamental destacar que, nesse período, as desigualdades de renda nas unidades federativas reduziram, muito devido às políticas econômicas e sociais impulsionadas pelo governo da época. Esses resultados interromperam uma trajetória de crescente desigualdade de renda no Brasil, que perdurou ao longo de sua história. Quanto à desigualdade multidimensional verificou-se uma elevação em quase todas as unidades federativas, com exceção para os estados do Piauí (2004 – 0,1915; 2008 – 0,1901) e Distrito Federal (2004 – 0,2532; 2008 – 0,251). Mesmo com a alta pobreza multidimensional no Piauí, essa localidade obteve uma redução na desigualdade multidimensional.

Nos mandatos do Governo Lula notou-se uma estabilidade econômica em consonância com as contínuas crises do capitalismo, uma consolidação e expansão de programas de transferências de renda em prol da população mais pobre, com destaque para o Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa, Minha Vida e o acesso às universidades públicas. As consequências desses fatores foram totalmente positivas, sendo significativo para a queda da pobreza e desigualdade no período observado (GUIMARÃES, 2018).

Na Figura 4, apresenta-se o panorama recente desses indicadores sociais nos estados brasileiros para os anos de 2016 e 2019. Na primeira década do século XXI, o país apresentou uma relevante melhora na concentração de renda. Entretanto, os resultados se reverteram, voltando a impactar os brasileiros, como verificado na Figura 3.

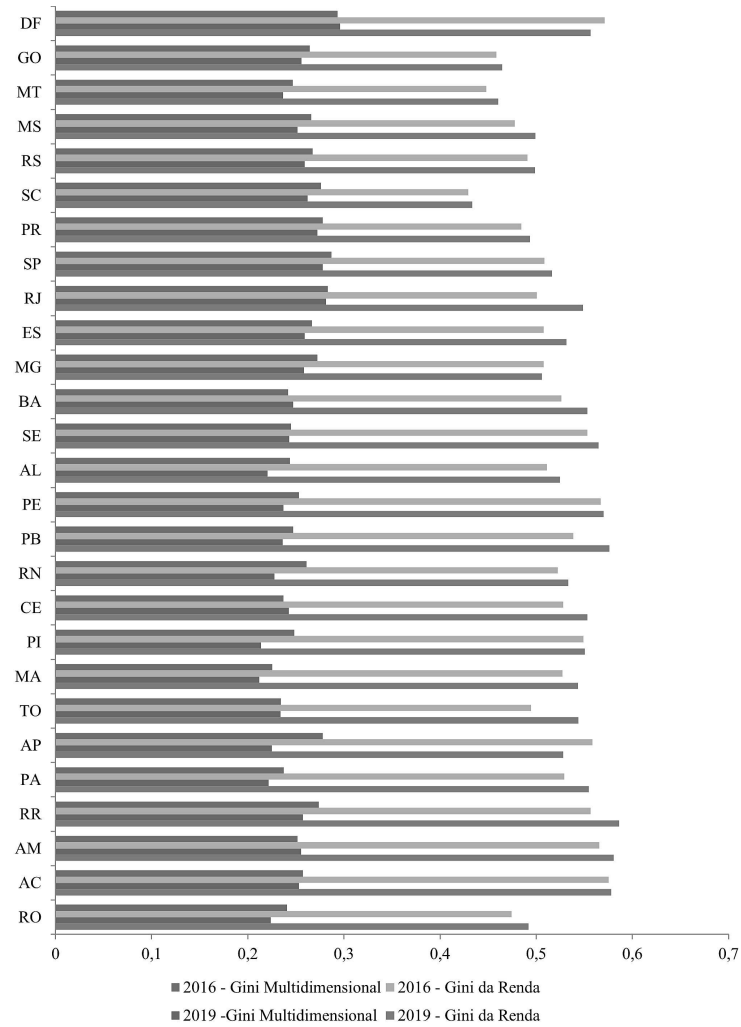
No período 2016-2019, o nível da desigualdade de renda voltou a se elevar nos estados brasileiros. Verifica-se que em todas as unidades federativas houve um aumento, exceto em Minas Gerais (2016 – 0,5077; 2019 – 0,5057) e no Distrito Federal (2016 – 0,5711; 2019 – 0,5567). Ademais, percebe-se que os índices de desigualdade de renda das unidades federativas do país estão semelhantes, evidenciando ainda mais a preocupação em torno da concentração de renda do Brasil.

Os resultados dos anos de 2016 e 2019 evidenciam a grande riqueza acumulada nas mãos de poucas pessoas, colocando-se em questionamento a forma de distribuição de renda no território brasileiro. Mesmo com todas as transformações positivas dos índices de pobreza e desigualdade na primeira década do século XXI, o Brasil, após 2015 passou a se deparar com a trajetória ascendente desses indicadores, conforme apontado por Neri (2019), CEPAL (2021).

A desigualdade multidimensional reduziu nas unidades federativas do país, exceto no Amapá (2016 – 0,2518; 2019 – 0,2555), Ceará (2016 – 0,2372; 2019 – 0,2425), Bahia (2016 – 0,2421; 2019 – 0,2470) e Distrito Federal (2016 – 0,2934; 2019 – 0,2958). Diferentemente da análise da pobreza, os estados da região Sudeste e Sul apresentam elevados níveis de desigualdade multidimensional. Destaca-se o alto índice do Distrito Federal, representando um valor de 0,2958 em 2019. Semelhante aos resultados de 2004 e 2008, no período mais recente abordado neste estudo, nota-se que a desigualdade de renda no país é mais alta se comparada à desigualdade multidimensional. Isso não necessariamente aponta para uma boa condição da distribuição. Ao contrário, isso acontece porque as privações multidimensionais estão menos dispersas entre a população brasileira.

A análise dos dados da pobreza e desigualdade por renda e multidimensional para os períodos 2004-2008 e 2016-2018 demonstraram que, no pri-

Figura 4: Gini da renda e multidimensional por Unidade da Federação - Brasil (2016 e 2019)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC dos anos de 2016 e 2019.

meiro momento da análise, houve melhora dos índices de pobreza e desigualdade. Por outro lado, no segundo período se evidenciou um crescimento da proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres. Em termos da desigualdade multidimensional houve aumento em alguns estados brasileiros. Diante de toda a magnitude da desigualdade e pobreza no caso brasileiro, é necessária e importante a abrangência de estudos e pesquisas sobre o tema. Esses conteúdos podem colaborar para a eficácia e execução de políticas sociais no Brasil. A desigualdade se transfigura como um aspecto do problema da distribuição de recursos e das dimensões de bem-estar social excessivamente injusta no território brasileiro.

É importante ressaltar que a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres foi superior em relação à análise da renda nos dois períodos, retratando que as pessoas estão privadas em dimensões que fazem parte das suas necessidades básicas como condições de moradia, sanitárias, educação, ocupacionais, dentre outras. Conhecer esses resultados torna-se importante para elaboração de políticas públicas.

6 Considerações Finais

Na análise da pobreza e da desigualdade é importante que se extrapole a dimensão da insuficiência de renda, para que se possa evidenciar o tamanho desses problemas quando se considera um conjunto de dimensões além da renda. No Brasil, os anos de 2004 e 2008 correspondem a um período de crescimento econômico, enquanto os anos de 2016 e 2019 correspondem a um período de recessão. O contexto econômico desses anos torna relevante as análises sobre o tema nesses períodos.

Sendo assim, neste trabalho, objetivou-se analisar a pobreza e a desigualdade pela ótica da renda e multidimensional no Brasil nos períodos de 2004-2008 e 2016-2019. Nesse intuito, foram utilizados dados da PNAD e da PNADC para o cômputo de índices de pobreza e desigualdade baseando-se nos índices FGT, na metodologia de [Alkire e Foster \(2011\)](#) e no índice de Gini.

Os estudos dos indicadores de pobreza e desigualdade pela ótica da renda e multidimensional para os anos analisados no território brasileiro evidenciaram que no período de 2004-2008, ocorreu uma melhora na pobreza e desigualdade. Em contrapartida, no período de 2016-2018 verificou-se uma elevação da proporção da população multidimensionalmente pobre e aumento da desigualdade multidimensional em alguns dos estados do Brasil.

Mediante a esse cenário de desigualdade e pobreza no Brasil, é preciso e relevante a expansão de trabalhos que visem analisar esses indicadores. As conclusões das diferentes pesquisas sobre o tema podem auxiliar na tomada de decisão e elaboração de políticas públicas que visem amenizar esses índices. A desigualdade enraizada no território brasileiro se evidencia como um problema da injusta distribuição de renda e das dimensões de bem-estar social. Além disso, é relevante mencionar que a população multidimensionalmente pobre foi maior em comparação com a renda nos dois momentos de análise, evidenciando que os indivíduos estão privados em dimensões que fazem parte das suas necessidades básicas. Entender e refletir esses resultados julga-se relevante, pois, tem a finalidade de colaborar para a formulação de medidas que tencionem a redução da pobreza e desigualdade.

7 Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), código de financiamento 001.

Referências

- ALKIRE, Sabina. *Multidimensional poverty and its discontents*. Oxford: University of Oxford, 2011. (OPHI Working Paper No. 46).
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, v. 95, n. 7-8, p. 476–487, 2011.
- ASSELIN, Louis-Marie. *Composite indicator of multidimensional poverty*. Québec: Institut de Mathématique Gauss, 2002.
- CARVALHO, Augusto Xavier de. A reforma trabalhista e o mito da geração de empregos. *Carta Social e do Trabalho*, v. 38, p. 16–35, 2018.
- CODES, Ana Luiza Machado de. *Modelagem de equações estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE — CEPAL. *Panorama Social de América Latina 2020*. Santiago: United Nations, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- CURADO, Marcelo. Do esgotamento do projeto neoliberal ao governo Lula: em busca de um projeto nacional de desenvolvimento. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 8, n. 12, p. 67–81, 2018.
- FOSTER, James; GREER, Joel; THORBECKE, Erik. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, p. 761–766, 1984.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. Desigualdades sociais, questão social e políticas públicas. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 607–624, 2018.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 15, p. 41–99, 1997.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2006.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 1, p. 29–45, 2016.

- LOIOLA, Elizabeth. Desenvolvimento regional e as políticas públicas: o caso do nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 34, n. 2, p. 225–241, 2003.
- LOPES, Patrícia Ribeiro. A “gestão da pobreza” nos governos petistas: plano Brasil sem miséria em debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. *Anais*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.
- MEDEIROS, Marcelo. *Medidas de desigualdade e pobreza*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- MONTALI, Lilia; LESSA, Luiz Henrique. Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 36, p. 503–533, 2016.
- NEDER, Henrique Dantas. *Análise de indicadores sociais utilizando o Stata e o R*. [S. l.]: Mimeo, 2020.
- NERI, Marcelo. *A escalada da desigualdade: Qual foi o Impacto da crise sobre distribuição de renda e pobreza?* 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- OLIVEIRA, Thais Diniz. Determinantes da retomada do crescimento no Governo Lula: interpretação do modelo de crescimento com equidade. *Revista Debate Econômico*, v. 3, n. 2, p. 25–51, 2015.
- PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 125–144, 2017.
- POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. *SER Social*, v. 13, n. 28, p. 12–40, 2011.
- PRATES, Daniela M.; FRITZ, Barbara; PAULA, Luiz Fernando de. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 12, n. 21, p. 187–215, 2017.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. *O tamanho da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.
- SALATA, Andre. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: redução das desigualdades entre classes? *Latin American Research Review*, v. 53, n. 1, p. 76–95, 2018.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- SEN, Amartya. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. *United Nations Development Programme (UNDP). Human Development Report*, v. 1, p. 15–23, 1997.
- SERRA, Adriana Stankiewics. *Pobreza Multidimensional no Brasil rural e urbano*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SILVA, Ana Márcia Rodrigues da. *Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- SOUZA, M.; JANNUZZI, P. M. *Questões metodológicas acerca do dimensionamento da extrema pobreza no Brasil nos anos 2000*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.
- TRONCO, Giordano Benites; RAMOS, Marília Patta. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 2, p. 294–311, 2017.
- TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. *Desigualdade Multidimensional: uma abordagem keynesiana para o seu enfrentamento*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.